



PROPOSTA

Procedimento 17/2022-PPC

**Aquisição de Serviços de Auditor Externo,
para certificação legal de contas para os anos 2022, 2023 e 2024,
demais funções constantes do Regime Financeiro das Autarquias Locais
(Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação vigente)
e consultoria contabilística**

Município da Nazaré

agosto de 2022

IBDO

Exmos. Senhores
Município da Nazaré
Divisão Administrativa e Financeira
Edifício dos Paços do Município
Avenida Vieira Guimarães, n.º 54
2450-112 Nazaré

22 de agosto de 2022
12606 A

Exmos. Senhores,

Na sequência da publicação do Procedimento de Consulta Prévia n.º 17/2022-PPC, com vista à **Aquisição de Serviços de Auditor Externo, para certificação legal de contas para os anos 2022, 2023 e 2024, demais funções constantes do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação vigente) e consultoria contabilística** para o Município da Nazaré (daqui em diante Município da Nazaré ou Município), temos a satisfação de apresentar a proposta adiante desenvolvida.

Na elaboração da presente proposta, utilizámos o conhecimento que obtivemos nos serviços objeto do presente concurso, nos trabalhos efetuados no passado no Município da Nazaré, bem como em outros Municípios, nomeadamente de elevada dimensão e complexidade, incluindo a experiência em SNC-AP.

Assim, a presente proposta contém os elementos que consideramos essenciais para uma correta análise da prestação de serviços profissionais a realizar ao Município da Nazaré.

Experiência adquirida

Ao longo dos últimos anos adquirimos uma experiência nas mais diversas Autarquias Locais, entre as quais se destacam os trabalhos efetuados nas Câmaras Municipais da Lisboa, Arganil, Borba, Cascais, Estremoz, Gouveia, Praia da Vitória, Lagoa, Loulé, Monchique, Odemira, Oeiras, Oliveira do Hospital, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Portimão, Porto, Povoação, Rio Maior, Santarém, Tarouca e Vila do Bispo.

Comprometemo-nos a prestar um serviço de alta qualidade, com o equilíbrio necessário de desafio, apoio e relacionamento pessoal com o Município durante toda a nossa intervenção.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos,
BDO & Associados, SROC
A Administração


João Melo de Oliveira
Revisor Oficial de Contas


Ana Marta Carlos
Revisora Oficial de Contas

Conteúdo

O nosso Compromisso	
Compromisso com o Município da Nazaré	5
Porquê a BDO	6
Apresentação da BDO	7
O Trabalho de Auditoria	
Âmbito dos Trabalhos	11
Estratégia de Auditoria	18
Relatórios	30
Calendário Execução do Trabalho	31
A nossa Equipa e Experiência	
Equipa Técnica	33
Credenciais	37

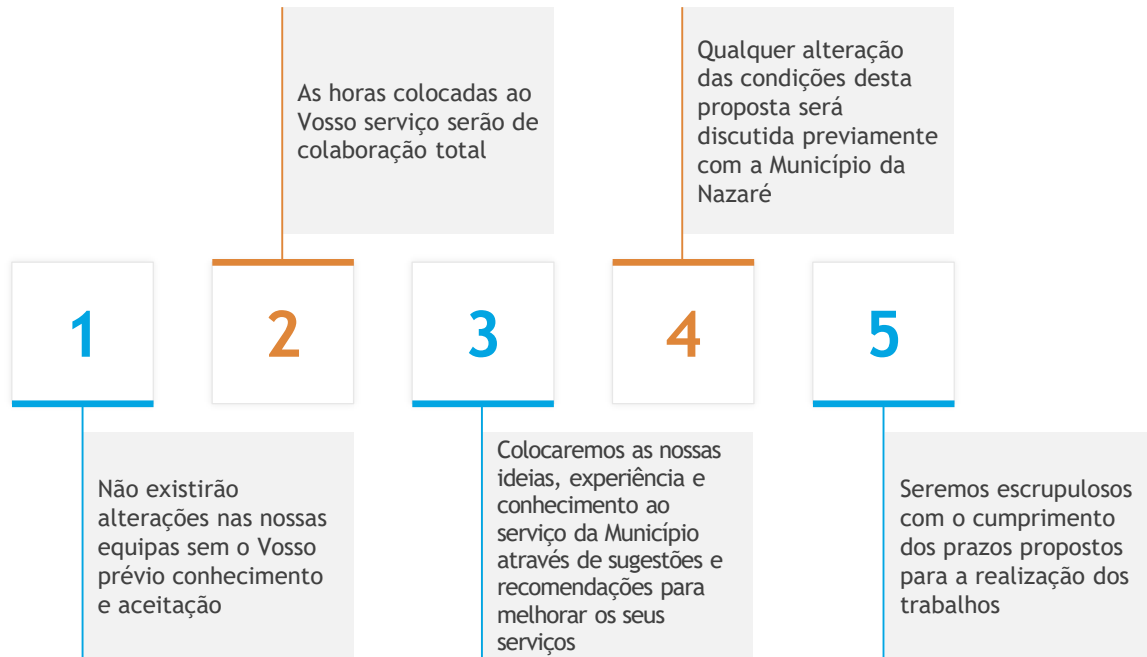
Condições Financeiras	
Honorários	42
Honorários - Pressupostos	43
Uma Colaboração Contínua	
Acompanhamento Técnico	45
Outros Serviços	46
Controlo de Qualidade	49
Independência e Conflito de Interesses	50
Missão e Valores	51
Informações Gerais	52
Nota Final	53
Página Contactos	54

A man with a beard, wearing a white shirt, is sitting at a desk and looking intently at a laptop. His hand is resting on his chin, suggesting deep thought or concentration. The background is blurred, showing other people in an office setting. A red vertical bar is visible on the left side of the image.

O NOSSO COMPROMISSO

Compromisso com o Município da Nazaré

Para além dos compromissos que assumimos com o **Município da Nazaré**, nesta proposta, nomeadamente os relacionados com recursos humanos, metodologias, honorários e prazos e por forma a facilitar a avaliação do nosso trabalho face aos compromissos assumidos, definimos cinco níveis de comprometimento:



Porquê a BDO?

Parceria com uma rede internacional

- ▶ Trabalharemos com o Município na procura de soluções de longo prazo
- ▶ A nossa abordagem estará em consonância com a Vossa atividade e a Vossa cultura

Experiência comprovada

- ▶ Experiência na prestação de serviços de auditoria na área das Autarquias Locais
- ▶ Experiência em projetos de dimensão e complexidade variada

Soluções inovadoras

- ▶ Abordagem e metodologia flexíveis
- ▶ Espírito de cooperação enquadrado no serviço prestado

Uma equipa dedicada e acessível

- ▶ Envolvimento dos Partners e Managers conhecedores da atividade da Município da Nazaré
- ▶ Equipa dedicada no cumprimento de prazos e sempre disponível

Política de honorários equilibrada

- ▶ Clareza e transparência na fixação dos honorários
- ▶ Valores justos para serviços de alta qualidade e ajustados à dimensão do Município

Apresentação da BDO

Sobre a BDO em Portugal



6 Portugal + 1 África
Escritórios



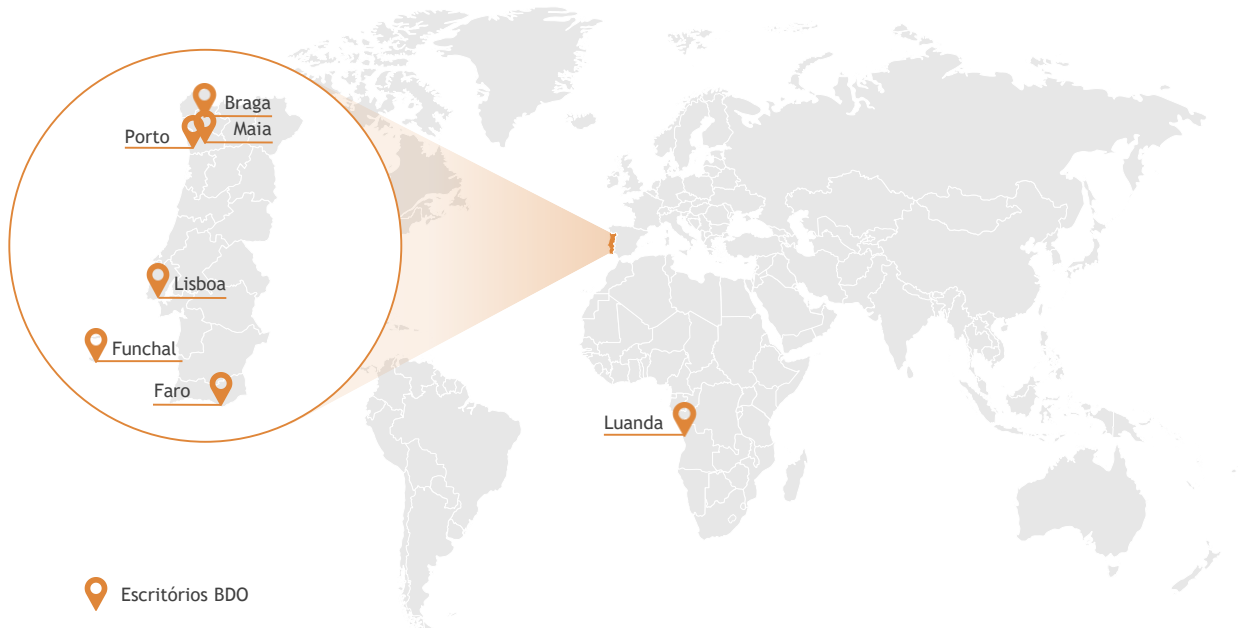
280
Partners e staff



18
Partners



5ª
Maior firma de auditoria
e consultoria



Apresentação da BDO

BDO Global Estatísticas 2021



US \$ 11,8 mil milhões
€ 9,8 mil milhões
Volume de Negócios

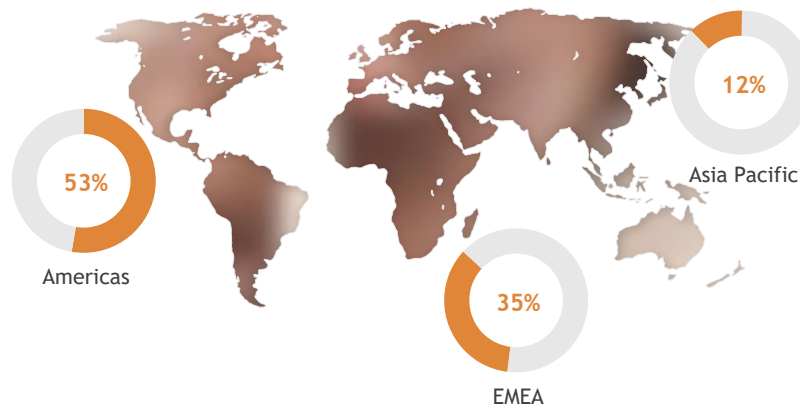


10,8% de crescimento



95.414 Colaboradores

Repartição Regional

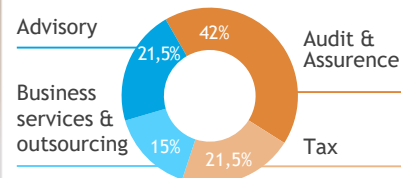


164 Países e Territórios



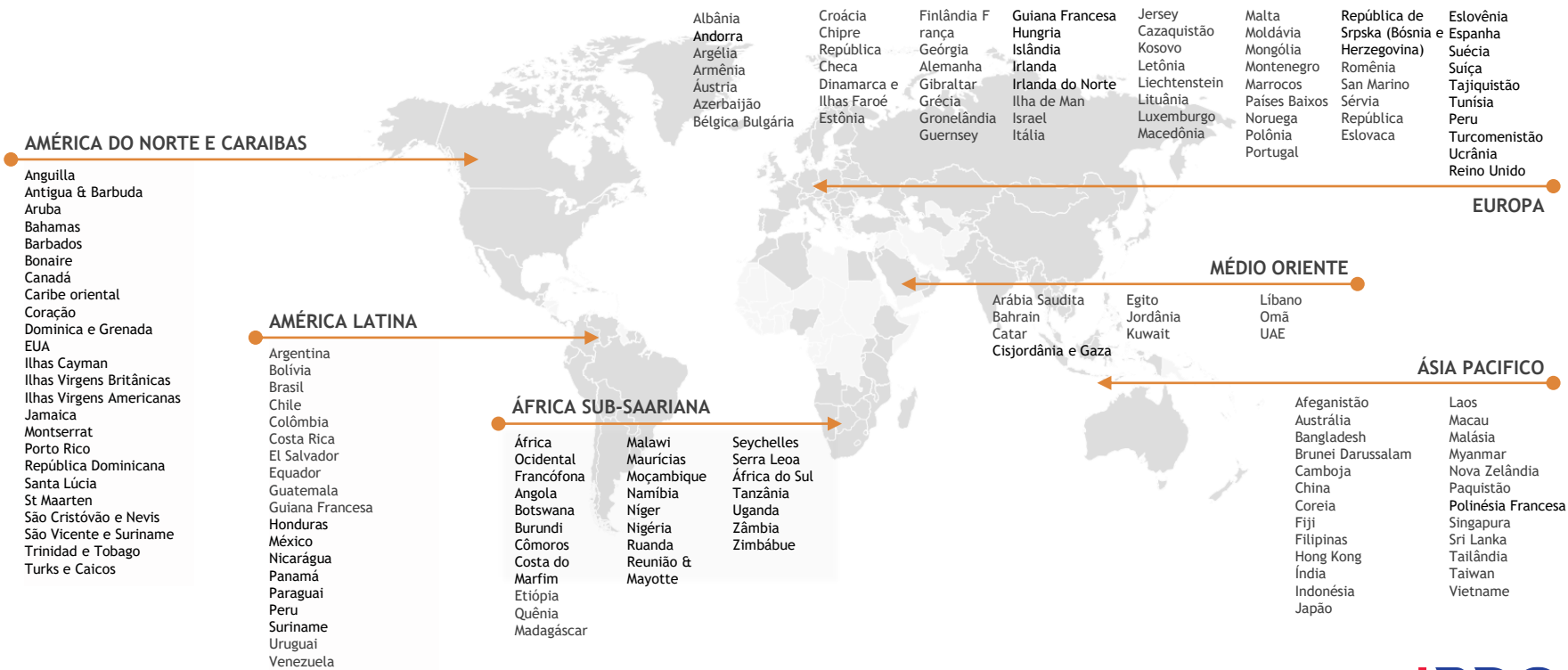
1.713 Escritórios

Repartição por Linha de Serviço



Apresentação da BDO

BDO Worldwide



A woman with blonde hair in a bun, wearing glasses and a black blazer over a white shirt, is smiling while talking on a smartphone. She is sitting at a desk with a laptop in front of her. The background is a bright office with large windows and a potted plant on the left. There are red decorative bars on the left side of the image.

O TRABALHO DE AUDITORIA

Âmbito dos Trabalhos

Certificação legal de contas para os anos de 2022, 2023 e 2024 e demais funções constantes do Regime Financeiro das Autarquias Locais (incluídas no preço)

A nossa proposta compreende o previsto no Caderno de Encargos, relativamente à prestação de serviços de **Auditor Externo, para certificação legal de contas para os anos de 2022, 2023 e 2024, demais funções constantes do Regime Financeiro das Autarquias Locais**, nos termos do estipulado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), em articulação com as disposições do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), e as da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial local e das Participações Locais), e de outra legislação aplicável ou superveniente, englobando, entre outras, as seguintes atividades:

- a) A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) A participação, aos órgãos municipais competentes, de irregularidades detetadas, bem como dos factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
- c) A verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) O envio semestral aos órgãos executivo e deliberativo do Município de informação sobre a respetiva situação económica e financeira; cujo âmbito e calendário respetivo será definido entre as partes, antes do início do trabalho de campo, apontando-se para um prazo até 15 de setembro;
- e) A emissão de parecer sobre os documentos de prestação de contas de cada um dos anos do período contratual, nomeadamente sobre a Demonstração de execução orçamental da despesa e da receita, Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, Demonstração de desempenho orçamental, individual e consolidada, o balanço e a demonstração dos resultados, individuais e consolidados, Demonstração de fluxos de caixa e os anexos às demonstrações exigidas por lei ou determinados pela Assembleia Municipal, em calendário a definir entre as partes, sem prejuízo do cumprimento dos prazos legais obrigatórios;

Âmbito dos Trabalhos

- f) A entrega da versão preliminar das certificações legais das contas, individuais e consolidadas, e dos respetivos pareceres do Revisor Oficial de Contas, para apreciação pelo órgão executivo do município, tempestivamente relativamente à data prevista, em cada ano, para a aprovação das Contas pela Câmara Municipal;
- g) A entrega das certificações legais das contas, individuais e consolidadas, e respetivos pareceres do Revisor Oficial de Contas, no prazo de dois dias após a respetiva aprovação da contas objeto de auditoria pelo Órgão Executivo.

Demais funções constantes do Regime Financeiro das Autarquias Locais (não incluídas no preço)

- i) Outras funções constantes do Regime Financeira das Autarquias Locais não especificamente referidas anteriormente, por não recorrentes e/ou por específicas de opções de gestão (pareceres sobre financiamentos e contratos programa, pareceres solicitados pelo Executivo, certificação de projetos cofinanciados) previstas na Lei e que se demonstrem necessárias ao cabal cumprimento do previsto na legislação aplicável, desde que consubstanciadas nas competências estatutárias do revisor oficial de conta, serão objeto de honorários específicos a debitar caso a caso, por acordo, tendo em atenção as intervenções efetuadas, responsabilidade e carga horária.

Âmbito dos Trabalhos

Consolidação de contas (incluída no preço)

O âmbito dos trabalhos a desenvolver acima descritos contemplam duas auditoria, por ano, às contas individuais do Município da Nazaré, com referência a 30 de junho e a 31 de dezembro, bem como das contas consolidadas anuais a apresentar pelo Município, no âmbito da referida Lei das Finanças Locais.

O perímetro de consolidação do Município da Nazaré (entidade-mãe) integra ainda as seguintes entidades:

- ▶ Serviços Municipalizados da Câmara Municipal da Nazaré;
- ▶ Nazaré Qualifica, E.M.

A nossa auditoria não engloba a auditoria às referidas entidades participadas.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas consolidadas, os trabalhos a realizar incluirão o cumprimento da Norma Internacional de Auditoria 600 - Auditoria a Grupos, tendo por objetivo:

- (i) comunicar claramente com os auditores de componentes acerca do âmbito e oportunidade do seu trabalho sobre a informação financeira relacionada com os componentes e sobre as suas conclusões; e
- (ii) obter prova de auditoria suficiente e apropriada respeitante à informação financeira dos componentes e ao processo de consolidação para expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras do grupo estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com o referencial de relato financeiro aplicável.

Âmbito dos Trabalhos

Consultoria contabilística - Bolsa de horas (não incluídas no preço)

A nossa equipa e, em particular, os seus responsáveis estarão em permanente articulação com os serviços e Executivo do Município e, enquadrado nos trabalhos, estamos em condições de referir que estimamos que cerca de 25% das horas dispendidas neste tipo de trabalhos, correspondem a horas de apoio e consulta nas diferentes áreas de atuação da nossa sociedade, horas estas que constituem, em nosso entender, uma das principais mais-valias que a nossa sociedade poderá aportar ao Município da Nazaré.

A ser entendimento a aquisição de serviços adicionais, permitidos, nomeadamente através de lotes de horas ou acompanhamento de projetos subsidiados (conforme alíneas i) e j) da Cláusula 2.ª, do Anexo I do caderno de Encargos), se permitidos os serviços, os mesmos serão objecto de acordo/proposta específica.

Ficamos, entretanto, à vossa disposição conforme decorre da presente proposta e que a mesma seja ou não considerada para a prestação dos serviços que a nossa sociedade presta aos seus clientes, conforme apresentado em Capítulo próprio.

Âmbito dos Trabalhos

Regime de trabalho

Teletrabalho (25) e trabalho presencial (75)

Como é do vosso conhecimento o planeamento dos trabalhos em estreita colaboração com os serviços é de relevante importancia para o sucesso dos mesmos e muito especialmente para a sua eficiência.

Contando com tal colaboração tempestiva estimamos uma carga horária anual para os trabalhos de cerca de 240 horas, e estamos em condições de declarar que 75% daquela carga horária será dispendida na Nazaré, junto dos serviços e responsáveis autárquicos sendo os restantes 25% efetuados no nosso escritório em Lisboa, independentemente da solicitação sistemática de elementos para análise por via telemática.

Conforme será do conhecimento de V. Exas. as despesas de deslocação fora do concelho de Lisboa, sede da nossa sociedade têm que ser pagas a todos os nossos técnicos pelo que, não sendo as mesmas debitadas ao Município, representarão um significativo encargo para a nossa sociedade que só uma interação perfeita entre as nossa equipas poderá minimizar. Adicionalmente, e como é atendível, a necessidade de ultrapassar a referida carga horária anual tornará uma eventual colaboração extremamente penalizadora para a nossa firma, daí o reforço da necessidade de uma interação perfeita entre as duas equipas.

Âmbito dos Trabalhos

A BDO & Associados - SROC realizará uma auditoria completa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e nas normas e orientações técnicas e éticas definidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

O objetivo da auditoria é obter evidência suficiente para termos elevada segurança, mas não absoluta, de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incorporam distorções materiais. Os efeitos de todas as distorções encontradas no decurso da auditoria serão resumidos e comparados com os níveis de materialidade definidos. Será tido em consideração a adequação das divulgações, as incertezas identificadas, o julgamento da administração e o nosso julgamento como auditores.

O nosso trabalho envolve a execução de procedimentos para obter evidência de auditoria sobre os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material nas contas, seja devido a fraude ou erro. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Órgão Executivo.

Responsabilidade do Órgão Executivo

O Órgão Executivo é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. O Órgão Executivo também é responsável pela preparação do Relatório e Contas, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, e pela avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade enquanto auditor é de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo, estão isentas de distorção material, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia absoluta de que qualquer distorção material seja detetada. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas material, individualmente ou em conjunto, se for esperado que possam influenciar as decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

O nosso trabalho será conduzido de forma a emitir a Certificação Legal das Contas, na qual se expressa a nossa opinião de auditoria sobre se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A nossa responsabilidade inclui também a verificação da concordância das informações contidas no Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

Âmbito dos Trabalhos



Contrato de prestação de serviços ("Engagement Letter")

Nos termos das normas nacionais e internacionais de auditoria, a aceitação da presente proposta deverá ser formalizada pela assinatura de um contrato de prestação de serviços ("Engagement Letter"), a elaborar com as condições do compromisso acordado, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 53 da Lei nº 140/2015, de 7 de setembro.



Declaração do Órgão de Gestão ("Representation Letter")

Como se compreende, ao longo da trabalho de auditoria/revisão, serão por vezes fornecidos elementos ou informações importantes sob a forma verbal, as quais, pela sua natureza, não são suscetíveis de confirmação documental.

Assim, é prática profissional solicitar, no final do trabalho, que os responsáveis das entidades sujeitas a auditoria (dando cumprimento ao regulamento técnico e deontológico de revisão) resumam em carta de conforto, a denominada "Representation Letter"/Declaração do Órgão de Gestão, cuja minuta será proposta pela BDO, contendo os dados obtidos mais importantes bem como outras asserções gerais.



Estratégia de Auditoria

Metodologia

Focados no risco do negócio

- ▶ A nossa metodologia está orientada para a avaliação do risco para os nossos clientes e para nós próprios, de uma forma consistente e enquadrada nas particularidades de cada entidade.
- ▶ A nossa abordagem encoraja a discussão sobre as especificidades do negócio dos nossos clientes em todos os níveis da equipa de trabalho.
- ▶ A metodologia que adotamos, que está de acordo com as *International Standards on Auditing (ISAs)* e com as *Normas Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, é suportada por ferramentas informáticas que nos permitem atingir níveis de eficácia e eficiência muito elevados.

Uma única metodologia

- ▶ A estratégia de auditoria proposta tem por base o *BDO Audit Manual* que é partilhado por todos os escritórios da rede BDO, assegurando assim uma grande consistência no desenvolvimento do nosso trabalho e no produto final que é entregue aos nossos clientes.

A nossa metodologia

- ▶ Procederemos à recolha de informação relevante sobre a atividade do Município, com vista ao planeamento de procedimentos de auditoria que reduzam a níveis aceitáveis a probabilidade das demonstrações financeiras incluírem erros materialmente relevantes.
- ▶ A informação recolhida incluirá uma lista de elementos a preparar pelos serviços do Município, previamente à realização dos trabalhos de auditoria.
- ▶ Será calculado um nível de materialidade, em função dos modelos previstos no *BDO Audit Manual*, que permita assegurar que os erros das demonstrações financeiras que forem materialmente relevantes para os utilizadores das Demonstrações Financeiras possam ser identificados.
- ▶ A nossa equipa será composta por técnicos qualificados que assegurem um trabalho de auditoria eficiente e que coloquem a sua experiência ao serviço do Município por forma a maximizar a mais valia para as Entidades resultante da colaboração com a BDO.
- ▶ Asseguraremos uma clara e contínua comunicação com o Município de modo a que todas as situações detetadas possam ser corrigidas em tempo.

A nossa metodologia será desenvolvida em seis fases:



Estratégia de Auditoria

Metodologia



Definição do âmbito

Esta fase corresponde, na prática, à presente proposta, que a ser aceite por V. Exas., eventualmente sujeita a alguns ajustamentos decorrentes de negociação, permitirá a definição dos termos do nosso relacionamento com o Município e respetivo Órgão Executivo, nomeadamente quanto ao âmbito e profundidade do nosso trabalho, natureza e *timings* de emissão dos nossos relatórios.

Será já nesta fase que procederemos a uma avaliação preliminar do risco das demonstrações financeiras estarem afetadas por erros materialmente relevantes, o que nos permitirá desde logo definir os contornos gerais da estratégia a adotar.

Esta fase culminará com a emissão de um documento de onde conste a aceitação do trabalho, bem como a calendarização acordada.



Estratégia de Auditoria

Metodologia



Recolha de informação

Uma das características básicas da forma como concebemos uma Revisão Legal das Contas (auditoria) é a que resulta da nossa experiência e convicção de que a realização de um exame só pode ser inteiramente satisfatória se tivermos obtido um correto entendimento do campo em que se desenrola a atividade da entidade a auditar, do contexto social, económico e fiscal em que a mesma opera e dos sistemas e procedimentos que adota nas suas operações. Nesta conformidade, procuraremos aprofundar todo um conhecimento global do Município, nos seus vários aspetos, nomeadamente através do estudo da documentação apropriada e da avaliação da qualidade dos sistemas de controlo interno em vigor.

Assim, um dos primeiros passos nesta fase do trabalho consistirá na obtenção de vários elementos, informações e procedimentos que nos permitirão atualizar a pasta de informações permanentes (Dossier Permanente de Auditoria). Os dados a coligir e a obter incluem informação sobre os aspetos principais das atividades do Município, a sua organização contabilística e os seus sistemas informáticos.

Apesar de não fazer parte do âmbito do trabalho de Certificação Legal das Contas / Auditoria às Contas emitir uma opinião sobre o controlo interno, na nossa estratégia de auditoria procederemos à caracterização do sistema de controlo interno em vigor, sendo que relataremos todas as situações de deficiências de controlo interno que venham por nós a ser identificadas.

Estratégia de Auditoria

Metodologia



Desenvolvimento da estratégia de auditoria

Após a recolha de elementos que nos permitam complementar o conhecimento da atividade do Município e dos seus sistemas de controlo interno, estaremos em condições de desenvolver a estratégia de auditoria, bem como proceder à sua execução, de acordo com a metodologia BDO.

A escolha da estratégia de auditoria adequada depende fundamentalmente da definição de procedimentos que permitam reduzir o risco de auditoria. O nosso Modelo de Risco de Auditoria pode ser representado da seguinte forma:



Estratégia de Auditoria

Metodologia



Desenvolvimento da estratégia de auditoria

Ainda sobre a fase de desenvolvimento da estratégia de auditoria, daremos especial ênfase aos seguintes aspectos:

► Apreensão do Risco Inerente

A realizar para cada uma das asserções de cada uma das áreas das demonstrações financeiras: plenitude, existência, direitos e obrigações, correção, valorização e apresentação. Corresponde à identificação da suscetibilidade de um saldo de conta ou uma classe de transações a uma distorção que possa ser materialmente relevante em termos individuais ou quando agregada com distorções em outros saldos ou classes, assumindo que não existiam os respetivos controlos internos.

► Determinação do Nível de Materialidade

O objetivo fundamental desta etapa é o de efetuar um julgamento preliminar sobre o nível a partir do qual eventuais distorções passem a ser consideradas como materialmente relevantes, por forma a que possamos selecionar os procedimentos de auditoria cuja natureza ou extensão nos proporcionem evidência suficiente de que as demonstrações financeiras não incorporam tais distorções.

► Revisão Analítica Preliminar

Compreende a análise da informação financeira utilizada pelo Órgão Executivo para controlar a atividade do Município com vista a: (i) identificar rubricas que não estejam de acordo com as nossas expectativas gerais e que por isso possam apresentar distorções materialmente relevantes; (ii) identificar condições com eventual impacto significativo na avaliação do ambiente de controlo; (iii) fornecer evidência sobre a plenitude de rubricas que de outra forma poderiam ser consideradas imateriais e insignificantes; e (iv) obter um aviso antecipado de problemas de liquidez que possam eventualmente prejudicar a validade do princípio da continuidade.

► Determinação das Áreas Relevantes de Auditoria

Corresponde à seleção das áreas das demonstrações financeiras que são, na perspectiva da auditoria, significantes, tendo em consideração: (i) o nível de materialidade; (ii) a evidência de plenitude; (iii) o risco inerente; e (iv) eventuais requisitos legais, estatutários ou profissionais que determinem certos procedimentos.

► Determinação da natureza e extensão dos procedimentos de auditoria

Compreende a seleção da quantidade e qualidade dos procedimentos a executar, os quais podem ser procedimentos de controlo, procedimentos substantivos de revisão analítica e/ou outros procedimentos substantivos.

Estratégia de Auditoria

Metodologia



Obtenção de evidência

Na sequência da definição da estratégia de auditoria, tal como ela é preconizada pela BDO, terão de ser realizados vários trabalhos, os quais se encontram detalhados a seguir.

Confirmação Direta de Saldos

Dedicamos especial atenção às confirmações diretas de saldos e de outras informações junto das seguintes entidades:

	Bancos		Fornecedores		Locadoras		Advogados
	Clientes		Seguradoras		Devedores e Credores diversos		

A realização deste tipo de procedimento é especialmente aplicável aos trabalhos de revisão legal das contas. A preparação das cartas caberá aos Serviços do Município, ficando à nossa responsabilidade a articulação de todas as tarefas na determinação da forma mais pragmática e eficaz de expedir as cartas. Será da nossa responsabilidade o controlo da receção das respostas, a expedição de segundos pedidos e a coordenação da preparação das reconciliações que se revelem necessárias.

Estratégia de Auditoria

Metodologia



Obtenção de evidência

Análise das Contas

A análise das contas anuais compreende, entre outros, os seguintes procedimentos:

- ▶ Resumo e análise crítica dos principais itens incluídos em cada uma das rubricas do Ativo, Passivo e Património líquido, bem como das rubricas mais relevantes da Demonstração dos Resultados, com a análise de alguns rácios mais relevantes;
- ▶ Realização dos testes de auditoria por amostragem que se considerem mais adequados nas circunstâncias, tendo em atenção as contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados. Dada a sua extensão e a complexidade de alguns dos testes, consideramos não ser razoável particularizar aqui todos os testes e procedimentos de auditoria a aplicar;
- ▶ Exame detalhado dos contratos e acordos mais importantes que obrigam a Entidade, a fim de confirmar o seu integral cumprimento e a correta contabilização das respetivas operações;
- ▶ Confirmação da titularidade dos Ativos sujeitos a registo e da exigibilidade dos Passivos;
- ▶ Análise de conformidade do Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras, com a lei, os estatutos, os registos contabilísticos e verificação da concordância entre as informações divulgadas naquelas peças.

Estratégia de Auditoria

Metodologia



Obtenção de evidência

Análise das Demonstrações Orçamentais

Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), as demonstrações orçamentais passaram a ser objeto de Certificação Legal.

Tal como preconizado pela Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, um conjunto completo de demonstrações orçamentais contempla ainda:

- Demonstrações de Relato, incluindo: (i) uma demonstração do desempenho orçamental; (ii) uma demonstração de execução orçamental da receita; (iii) uma demonstração de execução orçamental da despesa; e (iv) uma demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI); (v) o anexo às demonstrações orçamentais.
- Demonstrações orçamentais consolidadas, incluindo: (i) uma demonstração consolidada do desempenho orçamental; (ii) uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

A extensão e natureza dos procedimentos a realizar, no âmbito dos trabalhos de certificação legal das demonstrações orçamentais, deverá incluir a avaliação sobre se as quantias nelas incluídas representam as transações e acontecimentos que pretendem representar, tanto para as operações do ciclo orçamental da receita como para as operações do ciclo orçamental da despesa. O Revisor deve também certificar-se que tais operações foram feitas nos termos das disposições legais aplicáveis e avaliar a consistência destas demonstrações com as demonstrações financeiras.

Estratégia de Auditoria

Metodologia



Formação de opinião

Nesta altura, procederemos à compilação da totalidade da evidência obtida e verificaremos se obtivemos uma segurança elevada de que o risco de existência de distorções de materialidade relevante foi reduzido a um nível apropriadamente baixo. Tendo compilado a evidência de revisão/auditoria e tirado conclusões com respeito às asserções para cada uma das áreas das demonstrações financeiras, poderemos então formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Município, executando, entre outros, os seguintes procedimentos:

- ▶ Agregação de todas as distorções detetadas no decurso da execução dos procedimentos de auditoria e ponderação acerca da sua materialidade;
- ▶ Consideração (i) do âmbito do nosso trabalho; (ii) da concordância da informação financeira e dos registos contabilísticos com os requisitos legais, estatutários e eventuais outros regulamentos; (iii) da concordância da informação financeira com os princípios contabilísticos geralmente aceites, aplicados de forma consistente; (iv) da apropriada divulgação de todas as quantias e aspetos materialmente relevantes; (v) da adequacidade da apresentação das demonstrações financeiras; e (vi) dos efeitos de eventuais incertezas;
- ▶ Análise das demonstrações financeiras com vista a avaliar acerca da sua razoabilidade e consistência com o nosso conhecimento da atividade das Entidades;
- ▶ Determinação do tipo de opinião/parecer mais apropriado.

Estratégia de Auditoria

Metodologia | Audit software

A BDO usa uma metodologia de auditoria global que permite que as suas equipas de trabalho realizem uma auditoria de alta qualidade baseada no risco. A abordagem de auditoria de seis fases antes mencionadas é sustentada pelos quatro pilares principais: gestão da transição, gestão do serviço, gestão da qualidade e plataformas tecnológicas. Essencial para a nossa abordagem é a incorporação de novas tecnologias, como é o caso do nosso software de auditoria e ferramenta de documentação 'APT' e as nossas plataformas de análise de dados de auditoria 'BDO Advantage' e 'DRAI SAFT'.



Estratégia de Auditoria

Metodologia | Audit Process Tool (APT)

A BDO utiliza uma abordagem de auditoria global que permite às nossas equipas de trabalho realizar auditorias consistentes baseadas no risco, tanto a nível nacional como internacional, com a máxima eficiência e a mínima perturbação das operações e do pessoal dos nossos clientes.

O nosso software de auditoria e ferramenta de documentação 'APT' é uma parte integrante da nossa metodologia de auditoria. Os nossos profissionais utilizam o APT para conceber e realizar procedimentos de auditoria e testes apropriados, baseados no risco e baseados nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) aplicáveis, bem como para incorporar no trabalho de auditoria os objetivos e circunstâncias específicos do setor de atividade da entidade a auditar.



O APT promove a consistência e a qualidade na execução de auditorias em toda a rede BDO, respondendo à dimensão ou localização do cliente, e beneficia da mais recente tecnologia para permitir atualizações consistentes



O APT é suficientemente flexível para nos permitir personalizar o âmbito do nosso trabalho às necessidades específicas do cliente e aos perfis de risco, bem como para nos adaptarmos às alterações das organizações



O APT promove uma auditoria sem papel onde o planeamento, execução e revisão do trabalho de auditoria são documentados eletronicamente



O APT é o maior projeto BDO do seu género, oferecendo auditorias transfronteiriças atempadas e mais eficientes para sustentar uma metodologia de auditoria excecionalmente intuitiva



O APT assegura que todas as firmas da rede BDO estão em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs)

Relatórios

Os relatórios a emitir no âmbito dos trabalhos de Revisão Legal das Contas serão os seguintes:

► **Certificação Legal das Contas**

Documento a emitir nos termos das Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que conterá a nossa opinião sobre se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2022, 2023 e 2024 apresentam ou não, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP).

► **Relatório sobre a situação económica e financeira semestral**

Este relatório serve o propósito da alínea d) do n.º 2 do Artigo 77.º da Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, relativamente às contas do primeiro semestre de cada exercício.

► **Outros Relatórios e Pareceres (enquadráveis no artigo 77.º)**

Outras situações previstas na lei enquadradas no artigo 77.º da Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.



Relatórios

Para além dos relatórios previstos nos termos da legislação em vigor, se considerado por relevante, poderemos ainda emitir:

► Relatório de comentários suplementares

Não obstante a Certificação Legal das Contas abranger as principais questões de revisão diretamente relacionadas com as contas, apresentaremos neste documento, a emitir anualmente, eventuais aspetos suplementares que, não tendo no seu conjunto uma expressão suficiente para afetar de forma significativas as demonstrações financeiras e, consequentemente, os pareceres de auditoria, devam ser levados ao conhecimento de V. Exas.

Conforme nosso procedimento habitual, os relatórios e memorandos são sempre emitidos de forma preliminar, para serem objeto de discussão com V. Exas., após o que serão emitidos na sua versão definitiva.

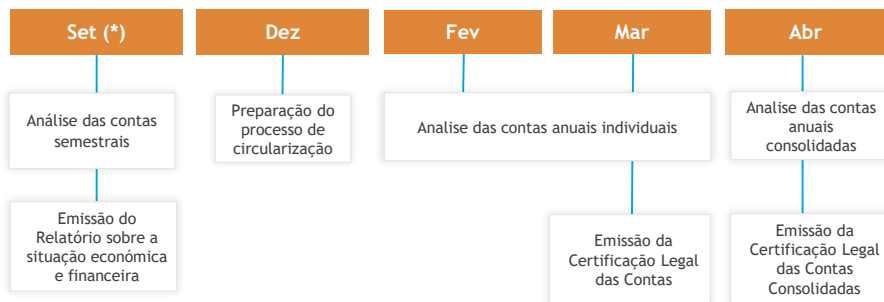
Este procedimento, usual neste tipo de trabalho, visa essencialmente salvaguardar a veracidade das informações contidas nos relatórios e assegurar a adequada compreensão do seu conteúdo.



Calendário de Execução do Trabalho

A execução da prestação de serviços objeto da presente proposta, nomeadamente a prestação de contas dos exercícios de 2022, 2023 e de 2024, será planeada tendo em consideração as necessidades de V. Exas. e o timing de disponibilização dos registos contabilísticos, dos documentos de prestação de contas e demais informação financeira. Os trabalhos de revisão legal das contas serão planeados tendo em consideração os prazos habituais para o fecho das contas, os quais apontam para que o processo de revisão das contas individuais e consolidadas esteja concluído durante os meses de março e abril do ano seguinte.

A título exemplificativo e indicativo, apresentamos a V. Exas. algumas datas cruciais para o desenvolvimento dos trabalhos de revisão legal das contas:



(*) Para o ano de 2022, a emissão do relatório poderá vir apenas a ocorrer em outubro, dado os prazos necessários para a contratualização do presente procedimento)

Área	Período
Trabalho de campo sobre as contas semestrais e emissão do Relatório sobre a situação económica e financeira	Setembro
Preparação do processo de circularização de saldos (confirmação direta de saldos junto dos principais terceiros, bancos, advogados, locadoras e seguradoras)	Dezembro
Trabalho de campo sobre contas anuais	Fevereiro
Emissão da Certificação Legal das Contas	Março
Análise das demonstrações financeiras consolidadas e emissão da Certificação Legal das Contas Consolidada	Abril

Estimamos que o nossos Pareceres/Opinião sobre as demonstrações financeiras anuais sejam emitidos até quinze dias após a disponibilização do Relatório e Contas anual em versão final.

A man in a grey suit and white shirt is looking at a silver laptop. He is holding the laptop with his left hand and has his right hand near his chin in a thoughtful pose. The background is a blurred brick wall and a window. There are red vertical bars on the left side of the image.

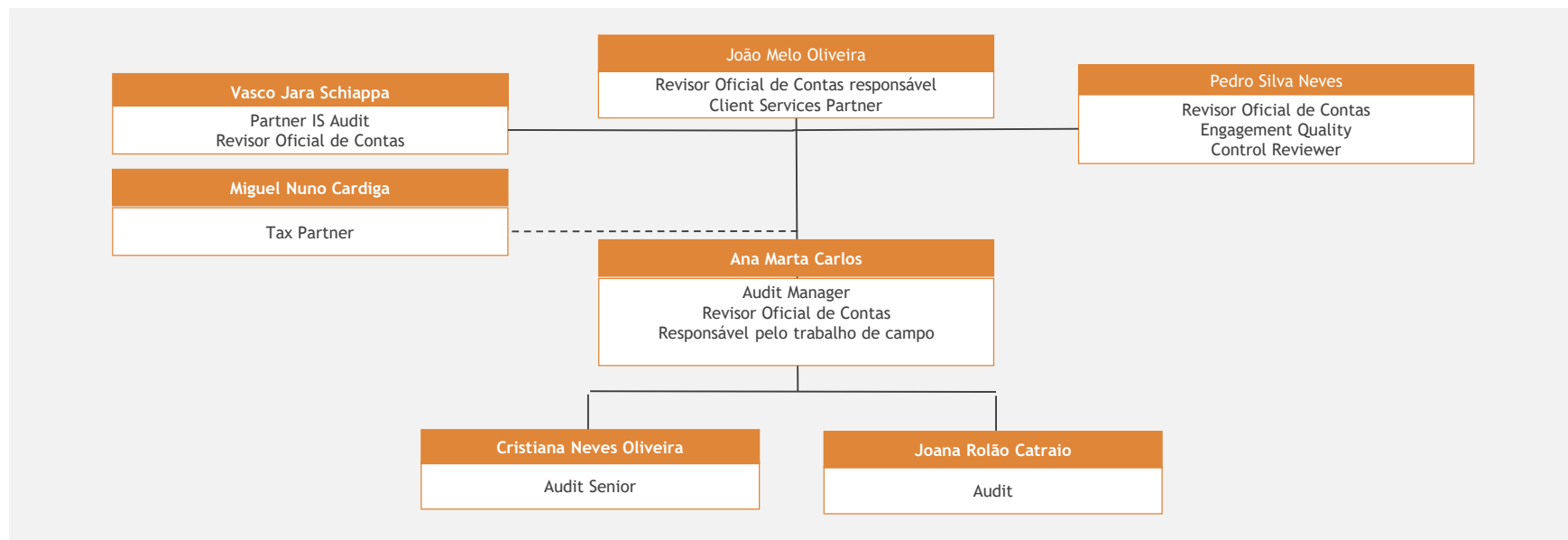
A NOSSA EQUIPA E EXPERIÊNCIA

IBDO

Equipa Técnica

A nossa equipa foi escolhida no sentido de assegurar a experiência e o conhecimento necessários à realização dos trabalhos que são propostos. Todos eles estão comprometidos em assegurar os melhores níveis de qualidade na prestação de serviços do Município de Nazaré.

Salientamos, ainda, que todos os técnicos da BDO estão obrigados ao sigilo profissional e trabalham na nossa firma em regime de tempo inteiro e de exclusividade, não podendo acumular com quaisquer outras atividades.



Equipa Técnica

João Melo Oliveira

Partner/ROC
Auditoria

Telem: +351 937 990 432

joao.oliveira@bdo.pt



Pedro Silva Neves

Manager/ROC
Auditoria

Telem: +351 937 990 324

pedro.neves@bdo.pt



Função

A minha função será a de representante da BDO & Associados e Revisor Oficial de Contas responsável pelo trabalho de revisão legal das contas, e consistirá em assegurar que o Município da Nazaré receberá um excelente serviço por parte da nossa equipa, atuando como *Client Services Partner* através da coordenação geral e da articulação do trabalho, intervindo especialmente na discussão de questões mais relevantes e na representação institucional.

Habilitações e Experiência

Licenciado em Gestão de Empresas
Revisor Oficial de Contas (OROC nº 873 | CMVM nº 20160494)
Experiência profissional em auditoria (34 anos), em municípios (15 anos) e em SNC-AP em Municípios (4 anos).

Responsável por trabalhos em fundos de investimento, entidades bancárias e seguradoras, pequenas e médias empresas e multinacionais, autarquias locais e entidades do setor não lucrativo. Especialista em fundos de investimento, banca, resíduos e setor autárquico.

Função

Assegurar que ao Município receberá um excelente serviço por parte da equipa de trabalho, atuando como Engagement Quality Control Reviewer através da verificação dos procedimentos de controlo de qualidade, intervindo especialmente na discussão de questões mais relevantes por forma a assegurar que a equipa envolvida neste projeto conduza as suas tarefas com um elevado nível de qualidade.

Habilitações e Experiência

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas
Revisor Oficial de Contas (OROC nº 1874 | CMVM nº 20180019)
Experiência profissional em auditoria (23 anos)

Coordenação de equipas de trabalho em Fundos de Investimento, Entidades Bancárias, Empresas Multinacionais e Autarquias. Especialista em fundos de investimento e banca e nos setores do turismo, indústria, shipping e desporto.

Equipa Técnica

Ana Marta Carlos

Manager/ROC
Auditoria

Telem: + 351 937 990 304

marta.carlos@bdo.pt



Função

A minha função será a de *Engagement Manager*, consistindo na supervisão e gestão operacional do trabalho de campo em interligação com o *Client Services Partner* responsável pelo trabalho, e em articulação com a Direção Financeira do Município, assegurando que a equipa envolvida neste projeto conduz as suas tarefas na prossecução de um serviço de excelente qualidade para o Município e intervindo na relação direta com o cliente.

Habilitações e Experiência

Licenciada em Economia

Revisor Oficial de Contas (n.º OROC 1790)

Experiência profissional em auditoria (23 anos), em municípios (5 anos) e em SNC-AP em Municípios (4 anos)

Responsável pelos trabalhos de auditoria às contas das Câmaras de Lisboa e Cascais nos últimos anos e por diversos trabalhos em outros Municípios, Entidades Multinacionais, Universidades, e Empresas Municipais, entre outros.

Vasco Jara Schiappa

Partner/ROC
IS Audit

Telem: + 351 937 990 180

vasco.schiappa@bdo.pt



Função

A minha função consistirá na avaliação com a equipa de trabalho em matérias relacionadas com tecnologias de informação (TI), incluindo a sua relação com o controlo interno, assegurando que o trabalho é executado de forma eficiente e eficaz e que as conclusões obtidas pela equipa de auditoria que estejam relacionadas com estas matérias sejam as mais apropriadas.

Habilitações e Experiência

Licenciado em Gestão

Revisor Oficial de Contas (OROC n.º 1564 | CMVM n.º 20161174)

Experiência profissional em auditoria (28 anos)

Coordenação e execução de auditorias para diversas entidades de média e grande dimensão, incluindo Caixas de Crédito Agrícola, outras Instituições de Crédito, Cooperativas, Institutos Públicos, Autarquias, entre outros.

Equipa Técnica

Cristiana Neves Oliveira

Audit Senior
Auditoria

Telem: + 351 938 029 461

cristiana.oliveira@bdo.pt



Função

A minha função consistirá no trabalho de campo da auditoria ao Município e, em conjunto com o Manager e coordenador responsável pelo trabalho, assegurar que a restante equipa conduz as suas tarefas por forma a garantir a integral adesão e execução da estratégia de auditoria planeada.

Habilitações e Experiência

Licenciada em Gestão

Experiência profissional em auditoria (4 anos)

Experiência em Municípios (4 anos) e SNC-AP (4 anos)

Execução de auditorias para diversas entidades de média e grande dimensão, incluindo entidades municipais e autarquias, entidades do setor não lucrativo, sociedades imobiliárias, entre outros.

Miguel Nuno Cardiga

Legal and Tax Partner

Tel: +351 217 990 420

Telem: +351 932 351 477

miguel.cardiga@bdo.pt



Função

A minha função consistirá na coordenação operacional dos diversos trabalhos de Legal & Tax em apoio à auditoria, atuando em interligação com o Revisor Oficial de Contas, e assegurando que a equipa envolvida neste projeto conduza as suas tarefas na prossecução de um serviço de excelente qualidade para o Município da Nazaré, intervindo na discussão das questões mais relevantes.

Habilitações e Experiência

Licenciado em Direito

Pós-graduado em Fiscalidade

Experiência profissional em consultoria fiscal (24 anos)

Vasta experiência no acompanhamento regular de empresas dos mais variados setores de atividade, ao nível de todos os impostos do Sistema Fiscal Português.

Credenciais | Setor Local

Revisão oficial de contas/auditoria externa às contas dos seguintes Municípios, no âmbito da Lei das finanças locais/Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (SNC-AP e POCAL):

- Município de Arganil
- Município de Cascais
- Município de Gouveia
- Município de Lagoa
- Município de Lisboa
- Município de Odemira
- Município de Oliveira do Hospital
- Município de Ovar
- Município de Paços de Ferreira
- Município de Portimão
- Município do Porto
- Município de Tarouca
- Município de Vila do Bispo
- Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

Experiência em trabalhos em curso e/ou no passado, no âmbito do POCAL e/ou outros trabalhos de procedimentos acordados ou de implementação específicas no sector autárquico:

- Câmara Municipal de Borba
- Câmara Municipal de Lisboa
- Câmara Municipal de Loulé
- Câmara Municipal da Nazaré
- Câmara Municipal da Povoação
- Câmara Municipal da Praia da Vitória
- Câmara Municipal de Rio Maior
- Câmara Municipal de Santarém
- Câmara Municipal de Vila do Bispo
- Comunidade Intermunicipal do Algarve
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo
- Comunidade Intermunicipal do Alto Minho
- Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
- Município do Barreiro
- Município de Castro Marim
- Município de Chamusca
- Município de Estremoz
- Município do Funchal
- Município de Lagoa
- Município de Mafra
- Município de Montijo
- Município de Oeiras
- Município de Sesimbra

Credenciais | Setor Local

Entidade/Município	Serviço prestado	Período	Anos de experiência	Dos quais, em SNC-AP
Município de Porto (**)	Revisão legal das contas individuais e consolidadas	2007-2013 2017-2019	10	--
Município de Lisboa (**)	Revisão legal das contas individuais e consolidadas	2020-2021	2	2
Município de Cascais (**)	Revisão legal das contas individuais e consolidadas	2007-2021	15	4
Município de Portimão	Revisão legal das contas	2010-2021	12	--
Município de Arganil	Revisão legal das contas individuais e consolidadas	2005 -2021	17	--
Município de Gouveia	Revisão legal das contas individuais e consolidadas	2011-2021	11	--
Município de Ovar	Revisão legal das contas individuais e consolidadas	2007-2010	4	--
Município de Paços de Ferreira	Revisão legal das contas individuais e consolidadas	2014-2021	8	--
Município de Lagoa	Revisão legal das contas	2008-2011	4	--
Município de Odemira	Revisão legal das contas	2007-2021	15	--
Município de Oliveira do Hospital	Revisão legal das contas	2014-2019	6	--
Município de Tarouca	Revisão legal das contas	2014-2021	8	--
Município de Vila do Bispo	Revisão legal das contas	2007-2015	9	--
Total de experiência acumulado			15 [105]	6

Credenciais | SNC-AP

Revisão oficial de contas/auditoria externa às contas das seguintes Entidades que aplicam o SNC-AP:

- ▶ ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, EPE
- ▶ Hospital Garcia de Orta, EPE
- ▶ Hospital Professor Dr. Fernando Fonseca, EPE
- ▶ Centro Hospital de Barreiro Montijo, EPE
- ▶ Centro Hospital de Leiria, EPE
- ▶ Centro Hospital de Setúbal, EPE
- ▶ Centro Hospital Tondela Viseu, EPE
- ▶ Instituto Politécnico de Beja
- ▶ Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
- ▶ Instituto Politécnico de Setúbal
- ▶ Instituto Politécnico de Santarém
- ▶ Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE
- ▶ Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE
- ▶ Cascais Envolvente - Gestão Social da Habitação, EM, SA



Credenciais

Entidades Públicas Relevantes

AICEP, EPE

Auditor

ADSE

Fiscal Único

APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA

Auditor

Banco de Portugal

Auditorias Específicas

Carris - Companhia de Carris de Ferro de Lisboa

Auditor

ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Fiscal Único

EDIA - Empresa de Des. e Infra-estruturas do Alqueva, SA

Auditor Registrado na CMVM

Fundação AIP

Auditor

Grupo AdP - Águas de Portugal

Auditor

Grupo Transtejo/Soflusa

Auditor

Instituto Português do Desporto e Juventude, IP

Fiscal Único

IAPMEI, IP

Auditor

Metropolitano de Lisboa, EPE

Auditor

Metro do Porto, SA

Auditor

Município de Cascais

Auditor

Município de Lisboa

Auditor

Município do Porto

Auditor

Parpública, SGPS, SA

Consolidação de Contas, avaliação participadas, etc.

Portugal Ventures, SCR, SA

Auditor

Santa Casa de Misericórdia de Lisboa

Auditor

Tribunal de Contas

Auditor

Turismo de Portugal, IP

Auditor

HONORÁRIOS



Honorários

Os nossos honorários estão diretamente relacionados com o tempo a despender pelos nossos colaboradores na realização integral do trabalho acordado, pelo que dedicámos particular cuidado na estimativa do número de horas requeridas pela atuação que propomos realizar.

Uma vez acordado o montante dos nossos honorários, esse valor só será alterado se ocorrerem circunstâncias imprevisíveis que afetem decisivamente a estratégia do trabalho inicialmente planeada ou a esperada forma da sua concretização. Refira-se, porém, que nessa eventualidade, discutiremos sempre com V. Exas. essas circunstâncias inesperadas, logo que nos apercebamos das mesmas e do seu efeito no custo do nosso trabalho, para então se decidir, por mútuo acordo, da oportunidade de se incorrer em encargos adicionais.

Tendo por base o conhecimento que temos da Entidade, o âmbito do trabalho a realizar e a experiência que temos em trabalhos similares, estimámos o tempo que irá ser requerido, aos vários níveis profissionais, para realizarmos os trabalhos propostos.

Assim, os honorários anuais propostos para a realização do trabalho de revisão legal das contas do Município da Nazaré, nos termos da Lei, ascendam a:

Intervenção	Valor anual (sem IVA)	Valor total do contrato (sem IVA)
Revisão legal das contas do Município da Nazaré	9.000	27.000

Aos valores acima referidos acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor (23%), i.e. 2.070 euros por exercício, o que equivale a 6.210 euros para o período total do contrato.

No que respeita às condições de faturação, propomos que os honorários sejam processados faseadamente anualmente, consoante a execução dos trabalhos, de acordo com a seguinte distribuição:

- ▶ Com a conclusão dos trabalhos de auditoria semestral (25%)
- ▶ Com a emissão da Relatório de Auditoria às Contas semestrais (25%)
- ▶ Com a conclusão dos trabalhos de campo, no final do mês de março (25%)
- ▶ Com a emissão da Certificação Legal das Contas consolidadas (25%)

Respeitando a seguinte planificação anual: **Ano 2022:** 4.500 euros + IVA; **Ano 2023:** 9.000 euros + IVA; **Ano 2024:** 9.000 euros + IVA; e **Ano 2025:** 4.500 euros + IVA.

As faturas devem ser liquidadas nos 60 dias subsequentes à data de receção nos serviços do Município, conforme previsto na cláusula 11ª do Caderno de Encargos.

Honorários | Pressupostos



Na definição dos honorários da nossa proposta de honorários, tivemos ainda em consideração o seguinte:

- ▶ O preço proposto inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público incluindo, nomeadamente, as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, nos termos do previsto na cláusula 10ª do Caderno de Encargos.
- ▶ Eventuais trabalhos a mais, correspondentes a serviços permitidos, serão acordados com V. Exas., caso a caso, nomeadamente intervenções específicas de consultoria contabilística ou outras, permitidas, que extravasem o âmbito do nosso trabalho de revisão de contas, serão objeto de acordo específico.



Na preparação da nossa proposta de honorários, assumimos que:

- ▶ As demonstrações financeiras e respetivos registos contabilísticos estarão disponíveis para serem auditadas na data acordada;
- ▶ Os nossos honorários não incluem quaisquer avaliações que se venham a revelar necessárias, nomeadamente por força da aplicação de testes de imparidade;
- ▶ Os termos apresentados nesta proposta têm um prazo de validade de 66 (sessenta e seis) dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme previsto no artigo 5º do Convite.



O nosso investimento na colaboração com o Município será traduzido por:

- ▶ Reuniões periódicas com os serviços financeiros e/ou com o Órgão Executivo;
- ▶ **Esclarecimentos regulares sobre aspetos técnicos, nomeadamente contabilísticos e fiscais, junto dos serviços e/ou do Órgão Executivo.**



UMA COLABORAÇÃO CONTÍNUA

Acompanhamento Técnico

A nossa colaboração não se limitará ao período de desenvolvimento do trabalho de campo. A nossa equipa manterá contacto com os serviços do Município da Nazaré sempre que novas matérias nas áreas contabilística ou fiscal assim o determinarem.

Para além deste contacto regular, o Município poderá beneficiar dos seminários e conferências organizadas pela BDO Portugal. Das conferências que organizamos regularmente para os nossos clientes, destacamos as relacionadas com as inovações fiscais do Orçamento de Estado e os programas regulares de formação sobre o Sistema de Normalização Contabilística.

Gostaríamos ainda de destacar as publicações regulares digitais da BDO Portugal que incluem:



BDO Boletim - Publicação mensal, que contém um resumo da legislação publicada do último mês, informações vinculativas e Resoluções Administrativas da Administração Fiscal, Calendário Fiscal, Calendário das Feiras Nacionais e Notícias da BDO.



Tax Alert - Publicação editada sempre que ocorrem alterações fiscais significativas.



SNC Alert - Publicação editada sempre que ocorrem alterações significativas ao Sistema de Normalização Contabilística.



Advisory Services News - Publicação mensal do departamento de *Specialist Advisory Services* com informações e notícias sobre a área da Consultoria Empresarial.

Para além destas publicações regulares da BDO Portugal, o Município terá ainda à sua disposição as publicações regulares da Rede Internacional BDO, sobre assuntos relacionados com matérias contabilísticas e de gestão. Todas estas informações estão disponíveis no nosso site em www.bdo.pt

Outros Serviços

Auditoria

Os Clientes da BDO compreendem entidades de pequena, média e grande dimensão, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, de interesse público (EIP) e outras, com e sem fins lucrativos, que operam em Portugal, Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe, inseridas nos mais variados setores de atividade.

- ▶ Auditoria completa de demonstrações financeiras
- ▶ Revisão do controlo interno
- ▶ Exame simplificado de informação financeira
- ▶ Exame da informação financeira prospetiva
- ▶ Auditorias específicas, procedimentos acordados e outros trabalhos de garantia de fiabilidade e serviços relacionados
- ▶ Audit Committees

Auditoria aos Sistemas Informáticos (IS Audit)

A BDO dispõe de experiência e de profissionais qualificados em IS Audit, suportando os serviços de Auditoria ou desenvolvendo projetos específicos.

- ▶ Validações independentes de TI: SOC 1, 2, 3 reporting de acordo com os principais referenciais (TSP, ISO 27k, COBIT, SWIFT CSP, NIST, PCI, etc.)
- ▶ Auditoria Interna de TI: regime outsourcing ou co-sourcing
- ▶ Audit Data Analytics: Data/Process mining e Data Quality Assurance

Assessoria Fiscal (Tax Services)

Acompanhamos o cumprimento das obrigações fiscais das organizações e indivíduos e procedemos à revisão da situação fiscal sempre com a preocupação de otimizar soluções tributárias e minimizar riscos fiscais.

- ▶ Diagnóstico de situações fiscais e prevenção fiscal
- ▶ Due diligence fiscais
- ▶ Estudos de enquadramento fiscal
- ▶ Revisão de declarações fiscais
- ▶ Revisão e elaboração de dossiers de preços de transferência
- ▶ Tributação de expatriados
- ▶ Apoio a reclamações e impugnações fiscais
- ▶ Consultoria fiscal regular
- ▶ Apoio no acompanhamento de ações inspetivas da AT.

Formação

As ações de formação ministradas pela BDO são equiparadas às organizadas pela OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados, no âmbito da regulamentação aplicável. A BDO é uma entidade formadora certificada pela DGERT.

- ▶ Formação à medida
- ▶ Formação planeada e recorrente.



Outros Serviços

Assessoria Contabilística (*Business Services Outsourcing*)

Com um grupo de profissionais qualificados e experientes, a equipa de BSO da BDO pode apoiar o departamento Financeiro e Administrativo da empresa.

- ▶ Preparação das demonstrações financeiras
- ▶ Emissão das declarações fiscais
- ▶ Elaboração da informação de gestão (reporting financeiro)
- ▶ Análise dos outputs contabilísticos
- ▶ Apoio em questões contabilísticas
- ▶ Processamento de remunerações

Consultoria Empresarial (*Management Advisory Services*)

A nossa larga experiência permite às empresas beneficiar de soluções práticas e funcionais desenhadas pelas nossas equipas de consultores levando sempre em linha de conta as particularidades de cada negócio.

- ▶ Gestão de Risco
- ▶ Prevenção de Branqueamento de Capitais
- ▶ Recursos Humanos
- ▶ Sistemas de Informação de Gestão, incluindo Sistema ABC
- ▶ Sistema de Gestão da Qualidade
- ▶ XBRL Reporting e XHTML Reporting

Consultoria Financeira (*Financial Advisory Services*)

Dispomos de consultores qualificados para apoiar soluções geradoras de valor acrescentado para as empresas e demais entidades que crescentemente procuram os nossos serviços.

- ▶ Fusões & Aquisições (assessoria na compra e venda de empresas e negócios)
- ▶ Transaction Services (Due Diligence, assessoria na estratégia negocial)
- ▶ Avaliação de empresas e Negócios
- ▶ Investimentos e Financiamentos
- ▶ Reestruturações Empresariais
- ▶ Family Business
- ▶ Controlo de Gestão
- ▶ Assessoria Financeira

Incentivos

A BDO colabora na identificação e candidatura ao sistema de incentivos que melhor se enquadre aos investimentos a realizar, seja em ativos fixos, em investigação & desenvolvimento, em processos de internacionalização ou na formação de recursos humanos.

- ▶ Incentivos Financeiros
- ▶ Incentivos Fiscais

Outros Serviços

Forensic Services

A nossa equipa multidisciplinar de Forensic Services conta com profissionais com uma ampla experiência em assessoria em litígios e em investigações de fraude e corrupção, incluindo peritos em tecnologia forense, com domínio da tecnologia moderna de recolha, investigação e guarda de informação.

- ▶ Assessoria em Litígios
- ▶ Investigação de fraude, corrupção e rastreio de ativos
- ▶ Forensic Technology Services (FTS)
- ▶ Privacidade e Proteção de Dados (RGPD).

IT Solutions (ERP, Infrastructure, Development and Services)

A BDO é PRIMAVERA Premium Partner com mais de 15 anos de experiência, e possui uma equipa sénior, certificada, com competências e elevado grau de especialização nas seguintes áreas:

- ▶ Soluções de Gestão (ERP's) e suporte técnico em diversos setores como: Indústria, Logística, Construção, Business Analytics e Cloud
- ▶ Infraestruturas TI: servidores Cloud, backups, arquitetura e redes Informáticas, manutenção e administração de sistemas operativos
- ▶ Consultoria de processos de negócio e desenvolvimento de soluções, programação, automatização de processos e otimização de recursos
- ▶ Implementação de sistemas integrados de gestão (análise, migração de dados, parametrização, gestão de projeto e formação)

Technology Risk e CyberSecurity

Assessoramos os nossos Clientes na resposta aos crescentes desafios ao nível do risco tecnológico. Apoiamos na implementação de medidas de segurança e privacidade, com base nas melhores práticas de mercado e balanceadas estrategicamente com a capacidade da organização em operar efetivamente e atingir os seus objetivos.

- ▶ Avaliação da maturidade tecnológica (ISO27k/Cobit)
- ▶ Modelos de governo de tecnologias da informação
- ▶ Implementação e certificação em ISO27k/Cobit
- ▶ Cibersegurança, gestão de ameaças e incidentes
- ▶ Identificação, avaliação e gestão de riscos tecnológicos
- ▶ Gestão e avaliação de fornecedores tecnológicos
- ▶ Avaliação da resiliência tecnológica do negócio
- ▶ Inventário, classificação e avaliação das vulnerabilidades dos ativos digitais
- ▶ Ações de sensibilização de segurança da informação e avaliação da sua efetividade

Controlo de Qualidade

A qualidade do nosso trabalho é a chave do nosso sucesso. Por este motivo, implementámos um programa de controlo de qualidade que envolve os seguintes aspetos:

Procedimentos internos de garantia de qualidade

Os procedimentos de garantia de qualidade estão embutidos na nossa abordagem de recrutamento e retenção de funcionários, de trabalho interno e externo e de desenvolvimento de relacionamentos com os nossos clientes.

Recrutamento e manutenção do staff

Recrutamos técnicos que para além dos conhecimentos e experiência necessários ao desempenho das suas funções, possuam as características que lhes permitam integrar a cultura e os valores da nossa firma e que compreendam que o seu sucesso é o sucesso da BDO, o qual está intimamente ligado ao sucesso dos nossos Clientes.

A manutenção das nossas equipas passa por um acompanhamento e avaliação regulares que lhes permite uma evolução progressiva na estrutura de carreiras profissionais que desenvolvemos para cada departamento.

Controlo de Qualidade

A qualidade do nosso trabalho é assegurada através de diversas formas de controlo interno e externo, de que destacamos:



“Engagement Quality Control Review” – procedimento de revisão aplicado a determinados trabalhos que consiste na revisão do trabalho por um Partner exterior à equipa de trabalho;



A BDO Portugal enquanto Sociedade de Revisores Oficiais de Contas está sujeita aos programas de controlo de qualidade da CMVM.

Independência e Conflito de Interesses

Independência

Não só devemos assegurar a independência para com os nossos Clientes mas também em relação aos utilizadores das demonstrações financeiras, pelo que estamos sujeitos a um conjunto de procedimentos que permitam atingir tal objetivo.

É da responsabilidade do *Client Services Partner* autorizar a prestação ao Município da Nazaré, de outros serviços, nomeadamente de assessoria fiscal e consultoria. Previamente à aceitação de um trabalho desta natureza, discutiremos sempre com o Município o âmbito do referido trabalho e analisaremos em conjunto as condições de realização por forma a não afetar a independência e objetividade do trabalho de auditoria.

Se algum dos membros da equipa tiver algum tipo de incompatibilidade, em relação aos trabalhos de auditoria a prestar ao Município, é seu dever comunicá-lo ao responsável do trabalho. Qualquer técnico com relações financeiras ou pessoais com o Município ou com qualquer um dos seus responsáveis fica automaticamente proibido de integrar essa equipa.

A BDO cumpre integralmente os padrões de ética e independência da profissão de auditoria.

Potenciais conflitos de interesses

Antes de elaborarmos esta proposta procedemos, de acordo com a nossa política de controlo de qualidade, à confirmação junto de todos os nossos escritórios envolvidos neste trabalho de que não havia quaisquer conflitos de interesses.

Conflitos de interesses comerciais

Reconhecendo que durante a colaboração com o Município podem vir a surgir potenciais conflitos de interesses comerciais, nomeadamente se se verificarem aquisições de participações financeiras, procederemos a uma análise caso a caso de eventuais conflitos e tomaremos as decisões que se vierem a revelar adequadas em conjunto com o Município da Nazaré.

Confidencialidade

Toda a informação que nos for facultada no decurso do nosso trabalho será mantida confidencial entre os membros da equipa de trabalho, exceto no que diz respeito ao fornecimento de informações requerido por lei, pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ou pelas entidades reguladoras e de supervisão.

Missão e Valores

Missão

Sermos reconhecidos como líderes na parceria com os nossos Clientes com vista ao sucesso mútuo.

Valores

Os principais valores pelos quais pautamos a nossa atuação incluem:



Integridade

- ▶ Fazemos o que dizemos
- ▶ Cumprimos com o que acordamos com os Clientes de forma efetiva e nos prazos estabelecidos



Lealdade

- ▶ Para com Clientes, colegas e comunidade
- ▶ Colaborar para que sejam atingidos os objetivos comuns



Respeito

- ▶ Para com nós próprios, os nossos Clientes e a comunidade em que nos inserimos
- ▶ Perceber que somos todos diferentes e que todos temos coisas interessantes para dar



Compromisso

- ▶ Dedicação entusiástica ao trabalho
- ▶ Liderança, sentido de ética e profissionalismo
- ▶ Prestar serviços de qualidade excecional aos Clientes e de encontro às suas expetativas
- ▶ Promover relações com Clientes e a comunidade em geral

Informações Gerais

Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

De acordo com a Lei Portuguesa, a BDO está obrigada à realização de determinados procedimentos relacionados com a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e nomeadamente o dever de identificação e diligência. Assim, após a aceitação desta proposta, teremos de proceder à identificação dos Representantes Legais e Beneficiários Efetivos das Empresas e Entidades (Clientes) envolvidas na nossa prestação de serviços, incluindo a verificação dos documentos de identificação válidos. O início dos nossos trabalhos ficará, assim, condicionado à obtenção dessa documentação e à realização do referido dever de identificação e diligência sem os quais não poderemos desenvolver os trabalhos constantes nesta proposta. Por outro lado, deverão V. Exas. informar sobre qualquer alteração relacionada com os respetivos Representantes Legais e Beneficiários Efetivos, que ocorra durante a realização dos nossos trabalhos.

Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

Os Serviços do Revisor Oficial de Contas (ROC) compreendem o acesso, consulta e verificação de um conjunto de informação, que o ROC, no âmbito do seu juízo profissional independente selecione como necessária para a realização das suas funções de interesse público e que conservará como prova de auditoria (incluindo dados pessoais). Não compete à BDO exigir acesso a informação ou dados, mas se lhe for imposta alguma restrição no acesso a informação ou a dados, compete à BDO considerar o efeito dessa restrição na emissão do seu relatório. O cumprimento dos deveres resultantes do Estatuto da OROC e das normas de auditoria, em particular a sujeição a sigilo profissional, no âmbito das suas funções de interesse público, acomoda suficientemente os deveres do RGPD, não carecendo de diligências adicionais, nomeadamente, da obtenção do consentimento junto dos titulares dos dados pessoais.

O tratamento da informação recolhida pelo ROC não configura tratamento de dados pessoais efetuados por conta dos Clientes uma vez que o ROC não é subcontratante do Cliente. Assim, para os Serviços do ROC prevalecem os acordos escritos firmados com os Clientes, mediante contrato de prestação de serviços e/ou de carta de compromisso, em conformidade com a lei, com as normas internacionais de auditoria e cumprindo as orientações da OROC aplicáveis.

A BDO enquanto Responsável pelo Tratamento gere os dados pessoais a que tem acesso, de acordo com os requisitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação de proteção de dados.

O Município da Nazaré sempre que disponibilizem dados pessoais à BDO devem assegurar que tem os direitos (licitude) necessários para proceder a essa transferência e que assegurou que os titulares dos dados estão informados da natureza do processamento dos seus dados.

A BDO disponibiliza aos seus Clientes as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das suas obrigações no âmbito da salvaguarda dos direitos e liberdades dos titulares dos dados, assim como se disponibiliza para colaborar com os seus Clientes na resposta aos Titulares dos Dados e à Autoridade de Controlo, assim como na execução de auditorias aos processos da BDO em matérias de proteção de dados, a pedido do cliente (despesa a cargo do cliente).

A BDO mantém um registo atualizado de todas as atividades de tratamento de dados pessoais que opere por conta dos seus Clientes. Com a cessação do contrato, que vier a estabelecer-se, a BDO compromete-se, salvo imposição legal, ou indicação do Cliente em contrário, sempre que aplicável, a conservar os dados pessoais tratados por um período máximo de 5 anos.

Para mais informações consulte a nossa [Política de Privacidade](#).

Nota Final

Agradecemos o convite que nos formularam, que muito nos honrou, e a forma como nos foi proporcionada a obtenção dos elementos e informações que serviram de base à elaboração da presente proposta.

Ao longo da nossa proposta procurámos expor a V. Exas. os dados que consideramos essenciais para uma correta apreciação da nossa conceção de um trabalho com as características do que acabámos de propor. O que anteriormente descrevemos é, em nosso entender e com os elementos de que dispomos, a solução que melhor serve os interesses do **Município da Nazaré**.

Estamos, contudo, abertos à apreciação do conteúdo da presente proposta, por forma a adequar perfeitamente o nosso trabalho às efetivas necessidades das Entidades e a dar à nossa colaboração a medida de utilidade plena que sempre procuramos alcançar.

Ficamos à vossa inteira disposição para clarificar qualquer especto que ao longo da presente proposta tenha merecido a vossa atenção.

A BDO & Associados, SROC, Lda., BDO Consulting, Lda., a BDO Outsourcing, Serviços de Contabilidade e Organização, Lda. e a BDO Advisory II, Lda, sociedades por quotas registadas em Portugal, são membros da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e fazem parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

BDO é a marca da rede internacional BDO e para cada uma das Firms Membro BDO.

www.bdo.pt



Lisboa

Av. República, 50, 8°
1069-211 Lisboa
T (+351) 217990420
Mail: bdo@bdo.pt

Porto

Rua S. João Brito, 605E Esc. 3.2
4100-455 Porto
T (+351) 226166140
Mail: bdo.porto@bdo.pt

Maia

Rua da Nossa Sra. da Maia, nº 77 -
Sala 16 4470-204 Maia
T (+351) 229436960
Mail: bdo.maia@bdo.pt

Braga

Rua Marcelino Sá Pires, 15 - 4°,
Sala 43 4700-924 Braga
T (+351) 253600390
Mail: bdo.braga@bdo.pt

Funchal

Rua dos Aranhas, 5, r/c
9000-044 Funchal
T (+351) 291213370
Mail: bdo.funchal@bdo.pt

Faro

Av. 5 de Outubro, 14, 2°
8000-076 Faro
T (+351) 289880820
Mail: bdo.faro@bdo.pt

Luanda

R. Fernão Mendes Pinto nº 51 a 53
Luanda - Angola
T (+244) 222334515
Mail: rui.meireles@bdo.co.ao
Site: www.bdo.co.ao